

**RELATÓRIO DA DIRETORIA**

Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações financeiras do Banco Pecunia S.A. referentes aos exercícios findos em 30 de junho de 2010 e 2009, juntamente com o parecer dos auditores Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes. Agradecemos aos nossos acionistas, clientes e colaboradores o estreitamento dos laços de parceria e confiança. **São Paulo, 12 de agosto de 2010.**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2010 E DE 2009**  
 (Em milhares de reais - R\$)

	2010	2009		2010	2009
<b>ATIVO</b>			<b>PASSIVO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>	<b>454.709</b>	<b>438.676</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>459.567</b>	<b>572.142</b>
Disponibilidades	280	276	Depósitos	369.957	509.117
Aplicações interfinanceiras de liquidez	134.333	76.990	Depósitos à vista	1.891	311
Aplicações em depósitos interfinanceiros	134.333	76.990	Depósitos interfinanceiros	351.669	499.259
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	26.739	-	Depósitos a prazo	16.397	9.547
Carteira própria	8.252	-	Relações interfinanceiras	158	176
Vinculados à prestação de garantias	18.487	-	Obrigações com os participantes de sistema de liquidação	158	176
Relações interfinanceiras	2.200	2.706	Relações interdependências	110	1.259
Direitos junto a participantes de sistemas de liquidação	56	325	Recursos em trânsito de terceiros	110	1.259
Créditos vinculados - depósitos no Banco Central do Brasil	33	724	Obrigações por empréstimos	78.268	50.481
Relações com correspondentes	2.111	1.657	Empréstimos no exterior	78.268	50.481
Relações interdependências	15	115	Outras obrigações	11.074	11.109
Transferências internas de recursos	15	115	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	191	211
Operações de crédito	280.066	340.493	Fiscais e previdenciárias	2.851	779
Operações de crédito - setor privado	332.521	411.751	Negociação e intermediação de valores	637	639
Provisão para perdas com operações de crédito	(52.455)	(71.258)	Diversas	7.395	9.480
Outros créditos	1.369	3.650			
Negociação e intermediação de valores	4	6			
Diversos	1.365	3.644	<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>397.605</b>	<b>279.978</b>
Outros valores e bens	9.707	14.446	Depósitos	223.888	34.832
Outros valores e bens	351	502	Depósitos interfinanceiros	223.376	27.107
Despesas antecipadas	9.356	13.944	Depósitos a prazo	512	7.725
			Obrigações por empréstimos	72.411	157.312
			Empréstimos no exterior	72.411	157.312
			Outras obrigações	101.306	87.834
			Fiscais e previdenciárias	76.692	65.041
			Diversas	24.614	22.793
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>489.663</b>	<b>447.785</b>	<b>RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS</b>	<b>16.845</b>	<b>8.920</b>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	26.629	Receitas de exercícios futuros	16.845	8.920
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	26.629			
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	141.241	165.164			
Carteira própria	124.147	115.606			
Vinculados à prestação de garantias	17.094	49.558			
Operações de crédito	258.368	172.399			
Operações de crédito - setor privado	274.253	181.319			
Provisão para perdas com operações de crédito	(15.885)	(8.920)			
Outros créditos	73.828	61.942			
Diversos	74.501	62.616			
Provisão para perdas com outros créditos	(673)	(674)			
Outros valores e bens	16.226	21.651			
Outros valores e bens	185	206			
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(185)	(206)			
Despesas antecipadas	16.226	21.651			
<b>PERMANENTE</b>	<b>24.150</b>	<b>26.528</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>94.505</b>	<b>51.949</b>
Investimentos	8.641	8.391	Capital social	160.342	120.342
Participações em controladas - no País	8.641	8.389	Capital a realizar	40.000	-
Outros investimentos	59	123	Reservas de capital	674	763
Provisão para perdas em investimentos	(59)	(121)	Reservas de reavaliação	298	348
Imobilização de uso	1.769	3.340	Ajustes de avaliação patrimonial	(32)	(26)
Imóveis de uso	207	207	Prejuízos acumulados	(106.777)	(69.478)
Reavaliações de imóveis de uso	804	804			
Outras imobilizações de uso	3.704	5.393			
Depreciações acumuladas	(2.946)	(3.064)			
Diferido	573	807			
Gastos de organização e expansão	1.057	1.111			
Amortização acumulada	(484)	(304)			
Intangível	13.167	13.990			
Outros ativos intangíveis	18.834	17.071			
Amortização acumulada	(5.667)	(3.081)			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>968.522</b>	<b>912.989</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>968.522</b>	<b>912.989</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010 E DE 2009**  
 (Em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Aumento de Capital	Reservas de capital	Reservas de reavaliação	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008</b>	120.342	-	763	350	200	(53.737)	67.918
Realização de reservas de reavaliação	-	-	-	(2)	-	2	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(226)	-	(226)
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-	-	-	(15.743)	(15.743)
<b>SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2009</b>	<b>120.342</b>	<b>-</b>	<b>763</b>	<b>348</b>	<b>(26)</b>	<b>(69.478)</b>	<b>51.949</b>
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009</b>	<b>120.342</b>	<b>-</b>	<b>674</b>	<b>316</b>	<b>(26)</b>	<b>(90.933)</b>	<b>30.373</b>
Aumento de capital - AGE de 24/05/10 e de 30/06/10	40.000	40.000	-	-	-	-	80.000
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(6)	(6)	-	(12)
Realização de reserva de reavaliação	-	-	-	(18)	-	25	7
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-	-	-	(15.869)	(15.869)
<b>SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010</b>	<b>160.342</b>	<b>40.000</b>	<b>674</b>	<b>298</b>	<b>(32)</b>	<b>(106.777)</b>	<b>94.505</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010 E DE 2009**  
 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

O Banco Pecunia S.A. ("Banco"), organizado sob a forma de banco múltiplo, está autorizado a operar com as carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento. Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, tendo certas operações a co-participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do Conglomerado Financeiro Societé Générale Brasil. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são observados, segundo critérios de prática e razoabilidade, em conjunto ou individualmente.

Os recursos necessários para o financiamento da carteira de crédito do Banco, bem como para a manutenção de suas operações são garantidos pelo seu acionista controlador. Em 30 de junho de 2010, parte das captações vem sendo feitas através de depósitos interfinanceiros com o Banco Societé Générale Brasil e de empréstimos no exterior com o Societé Générale Paris.

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras do Banco foram elaboradas com observância das disposições emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN através do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro - COSIF. Foram efetuadas reclassificações do Balanço Patrimonial e Notas Explicativas de 30 de junho de 2009 para melhor comparação com as informações de 30 de junho de 2010.

Durante 2010, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários - porém nem todos homologados pelo BACEN. Desta forma o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

a) CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução BACEN nº 3.566/08; b) CPC 03 - Demonstração dos fluxos de caixa - homologado pela Resolução BACEN nº 3.604/08; c) CPC 05 - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução BACEN nº 3.750/09; e d) CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução BACEN nº 3.535/08.

**3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

**a) Apuração do resultado**  
 As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para aquelas de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até as datas dos balanços.

**b) Aplicações interfinanceiras de liquidez**  
 São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

**c) Caixa e equivalentes de caixa**  
 São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto e em aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, apresente risco insignificante de mudança de valor justo, e que sejam utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de acordo com a Resolução BACEN nº 3.604/08.

**d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos**  
 De acordo com o estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da administração, quais sejam:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos classificados como "para negociação" e "disponíveis para venda" são avaliados, nas datas dos balanços, pelo seu valor de mercado e os classificados como "mantidos até o vencimento" são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados "para negociação" são contabilizados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do semestre.

Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como "disponíveis para venda" são contabilizados em conta destacada do patrimônio líquido denominada "Ajustes de avaliação patrimonial", líquidos dos efeitos tributários.

Os instrumentos financeiros derivativos são designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") são compostos apenas por operações no mercado futuro e são avaliados pelo valor de mercado, sendo o valor dos ajustes diários contabilizado em conta de ativo ou passivo e apropriado diariamente como receita ou despesa.

**e) Operações de crédito e provisão para perdas com operações de crédito**  
 As operações de crédito são classificadas de acordo com o nível de risco, segregadas em curso normal, atraso inferior a 15 dias e vencidas, atraso igual ou superior a 15 dias, observados os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN, que requer a classificação da carteira em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. As operações classificadas no nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, com o mesmo "rating" que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são somente reconhecidos como receita somente quando efetivamente recebidos.

**f) Investimentos**  
 As participações em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. Em 2009, o Banco alienou sua participação na Cetip, auferindo lucro de R\$ 1.428, o qual foi registrado na rubrica "Resultado não operacional".

Os demais investimentos são avaliados ao custo e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

**g) Imobilizado**  
 É demonstrado pelo custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas apresentadas na nota explicativa nº. 12 e compatíveis com o tempo estimado da vida útil econômica dos bens.

**h) Diferido**  
 É demonstrado pelo custo de aquisição ou formação e amortizado pelo método linear pelo prazo de cinco anos ou de vigência dos contratos de alugueis.

**i) Intangível**  
 Está representado pelo ágio pago pela Galo S.A. na aquisição do Banco, líquido de provisão para incorporação, de forma a remanescer o montante do benefício fiscal a ser auferido pelo Banco, e pelo custo de aquisição ou formação das licenças de uso para os softwares. A amortização é feita pelo método linear pelo prazo de dez anos para o ágio e pelo prazo de vigência das licenças de uso para os softwares.

**j) Valor de recuperação dos ativos**  
 Os ativos não monetários estão sujeitos a avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade da perda dos seus valores.

**k) Atualização monetária de direitos e obrigações**  
 Os direitos e as obrigações, legais ou contratualmente sujeitos à variação cambial e de índices, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado do semestre.

**l) Depósitos e obrigações por empréstimos**

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até as datas dos balanços, reconhecidos em base "pro rata dia".

**m) Contingências**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução BACEN nº 3.623/09 que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo os principais critérios os seguintes:

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Passivos contingentes - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação;
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas administrativas ou judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos, independentemente da avaliação de risco do desfecho ou causa, são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente.

Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

**n) Imposto de renda e contribuição social**  
 A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R\$240. A contribuição social apurada sobre o lucro líquido ajustado, na forma da legislação em vigor, é calculada à alíquota de 15%.

**4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	2010	2009
Disponibilidades	280	276
Aplicações interfinanceiras de liquidez	133.468	76.400
Aplicações em depósitos interfinanceiros (igual ou inferior a 90 dias)	133.468	76.400
Total	133.748	76.676

**5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**

Em 30 de junho de 2010, estão representadas por Aplicações em Depósitos Interfinanceiros, no montante de R\$ 134.333 (R\$ 103.619 em 2009).

**6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**

a) Composição por categoria, tipo de papel, valor de curva e de mercado.

	2010		2009	
	Valor de curva	Valor de mercado	Valor de curva	Valor de mercado
Carteira Própria	132.447	132.399	115.641	115.606
Títulos disponíveis para venda	132.447	132.399	115.641	115.606
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	132.447	132.399	115.641	115.606
Vinculados à prestação de garantias	35.590	35.581	49.567	49.558
Títulos disponíveis para venda	35.590	35.581	49.567	49.558
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	17.398	17.389	29.716	29.707
Certificado de Depósito Bancário - CDB	18.192	18.192	19.851	19.851
Total	168.037	167.980	165.208	165.164

O valor de mercado dos títulos públicos e privados foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA e pela BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (taxa de juros no mercado futuro de DI), respectivamente.

Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC e os títulos privados na Cetip S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

**b) Composição por prazo de vencimento**

	2010	2009
Até 3 meses	18.192	-
A vencer de 3 a 12 meses	8.547	-
A vencer de 1 a 3 anos	141.241	165.164
Total	167.980	165.164

**c) Composição por emissor**

	2010	2009
Títulos disponíveis para venda	167.980	165.164
Públicos - Governo Federal	149.788	145.313
Privado - Banco Santander S.A.	18.192	19.851

**d) Instrumentos financeiros derivativos**

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender às necessidades próprias, visando maximizar os resultados e administrar a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros. Os riscos são de limites e monitoramento constante das posições assumidas.

Os instrumentos financeiros derivativos são de alta liquidez nos mercados futuros, e são avaliados ao valor de mercado diariamente através de ajustes diários, em atendimento à metodologia descrita na Circular nº. 3.082/01 do BACEN.

A seguir, demonstramos os valores registrados em contas do ativo, passivo e compensação, segregados por indexador, faixas de vencimento, valores de mercado e contábil. Os instrumentos financeiros derivativos são negociados na BM&FBOVESPA.

	Valor a receber (pagar)			
	2010 Ativo	2009 Passivo	2010 Ativo	2009 Passivo
<b>Operações</b>				
Compra de futuros (*)	4	(637)	6	(639)

(\*) Valores registrados na rubrica "Negociação e intermediação de valores".

(\*) Os contratos de futuros têm os seguintes vencimentos, com base nos valores de referência e de mercado:

	Valor de mercado				
	Quantidade de contratos	Valor referência	Valor de mercado	Até 360 dias	Acima de 360 dias
Indexador					
FUTURO - DDI	460	38.254	40.476	-	40.476
FUTURO - DDI	875	92.766	78.785	-	78.785
FUTURO - DOLAR	10	895	901	-	901
Total	1.345	131.915	120.162	79.686	40.476

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**

(continuação)

No semestre, foram recuperados créditos anteriormente baixados contra a provisão para perdas com operações de crédito, no montante de R\$ 5.435 (R\$ 2.753 em 2009).

## 9. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	2010	2009
Créditos tributários (vide nota explicativa n.º 19 a)	70.821	58.707
Impostos e contribuições a compensar	627	1.257
Devedores por depósitos em garantia (vide nota explicativa n.º 17 d)	2.379	2.874
Devedores diversos – País	1.343	2.621
Outros tributos a compensar	-	6
Outros	696	795
Total	75.866	66.260
Parcela de curto prazo	1.365	3.644
Parcela de longo prazo	74.501	62.616
Total	75.866	66.260

## 10. DESPESAS ANTECIPADAS

Referem-se, principalmente, a serviços pagos antecipadamente pela análise de crédito e contratação de financiamento, sendo as despesas apropriadas ao resultado de acordo com o prazo dos contratos em carteira.

A composição das despesas antecipadas é a seguinte:

	2010	2009
Comissões	25.534	35.525
Outros	48	70
Total	25.582	35.595
Parcela de curto prazo	9.356	13.944
Parcela de longo prazo	16.226	21.651
Total	25.582	35.595

Em 30 de junho de 2010 foi apurada uma perda por impairment no montante de R\$ 2.035 mil, registrado na rubrica de "Despesas antecipadas".

## 11. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

	Credial Empreendimentos e Serviços Ltda.	
	2010	2009
Informações das controladas		
Capital social	7.133	7.133
Quantidade de cotas	2.038.000	2.038.000
Participação - %	100	100
Patrimônio líquido	8.641	8.389
Lucro líquido do semestre	546	842

### Movimentação dos investimentos

	2010	2009
Saldo no início do semestre	8.095	7.547
Equivalência patrimonial	546	842
Saldo no fim do semestre	8.641	8.389

## 12. IMOBILIZADO

É composto por:

	2010		2009	
	Taxa anual de depreciação - %	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imóveis de uso	4	933 (517)	416	447
Terrenos	-	78	78	78
Instalações	10	218 (179)	39	63
Móveis, equipamentos de uso	10	734 (376)	358	388
Sistema de comunicação	10	330 (237)	93	111
Sistema processamento dados	20	2.098 (1.570)	528	712
Sistema de segurança	10	255 (67)	188	214
Imobilizações em andamento	-	69	69	1.327
Total	4.715	(2.946)	1.769	3.340

## 13. INTANGÍVEL

Referem-se, principalmente, ao ágio advindo da incorporação da empresa Galo S.A. pelo Banco em maio de 2008, no montante líquido de R\$ 10.582 (R\$ 12.290 em 2009).

## 14. DEPÓSITOS

São representados, substancialmente, por captações em depósitos interfinanceiros e por depósitos a prazo com vencimentos até 2012 e são atrelados, principalmente, à variação do CDI. A composição dos depósitos por vencimento é como segue:

	2010				Total
Depósitos	Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	
À vista	1.891	-	-	-	1.891
A prazo	-	11.067	5.330	512	16.909
Interfinanceiros	-	103.960	247.709	223.376	575.045
Total	1.891	115.027	253.039	223.888	593.845

	2009				Total
Depósitos	Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	
À vista	311	-	-	-	311
A prazo	-	7.358	2.189	7.725	17.272
Interfinanceiros	-	73.157	426.102	27.107	526.366
Total	311	80.515	428.291	34.832	543.949

## 15. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

	2010	2009
Obrigações por empréstimos		
Empréstimos em moeda estrangeira (a)	118.610	175.698
Empréstimos em moeda nacional (b)	32.069	32.095
Total	150.679	207.793
Parcela de curto prazo	78.268	50.481
Parcela de longo prazo	72.411	157.312
Total	150.679	207.793

(a) Referem-se a empréstimos obtidos no exterior com o acionista controlador indireto Societé Générale Paris, nos valores originais de R\$ 45.312, R\$ 90.080 e R\$ 36.740, com vencimentos em 2009, em 2010 e em 2011, sujeitos à variação cambial e a juros de 4,53%, 4,96% e 5,26% ao ano, respectivamente. Em 1º de julho de 2009, a Administração do Banco efetuou o pagamento do empréstimo, no montante de R\$50.503, devido ao seu vencimento.

(b) Refere-se a empréstimo obtido no País, no valor original de R\$31.400, com vencimento em 2014, sujeito à variação do CDI.

## 16. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	2010	2009
Provisão para impostos e contribuições sobre os lucros	1.942	-
Impostos e contribuições a recolher	909	779
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa n.º 17. b)	73.332	63.053
Imposto de renda e contribuição social (a)	4.983	2.037
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (b)	60.589	51.204
Provisão para outras contingências fiscais (c)	7.760	7.856
Provisão sobre autuações fiscais (d)	-	1.956
Imposto de renda diferido (nota explicativa n.º 19. c)	3.360	1.248
Total	79.543	65.820
Parcela de curto prazo	2.851	779
Parcela de longo prazo	76.692	65.041
Total	79.543	65.820

(a) Refere-se, basicamente, aos autos de infração lavrados que discutiam valores da diferença de correção monetária do "Plano Verão", excluída das bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, apuradas nos exercícios de 1997 e de 1998. Houve ganho parcial na esfera administrativa por parte do Banco e provisionamos a parte devida. O Banco está aguardando citação para eventual execução fiscal.

(b) Refere-se à diferença entre o valor de COFINS devido e o valor efetivamente recolhido. O Banco vem discutindo judicialmente o recolhimento dessa diferença. Os consultores jurídicos indicam como possível a possibilidade de perda; contudo, os tributos estão provisionados como obrigação legal.

(c) Referem-se, principalmente, aos questionamentos de pagamentos de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL referente a inexistibilidade dos recolhimentos, para o quais o Banco vem contestando por meio de medidas judiciais a sua exigibilidade. Os consultores jurídicos indicam como provável a possibilidade de perda.

(d) Refere-se à provisão sobre parte da autuação fiscal de IRPJ e CSLL, lavrada em junho de 2007, que está sendo discutido judicialmente pelo Banco. A parcela que o Banco entende ser devida, no montante de R\$ 4.337, foi recolhida em julho de 2007. Em 30 de junho de 2010, com base na opinião dos consultores jurídicos, por se tratar de um processo classificado como possível de perda, o Banco procedeu pela reversão da provisão.

b) Diversas

	2010	2009
Cheques administrativos	3	874
Obrigações por aquisição de bens e direitos	11	72
Provisão para pagamentos a efetuar (a)	21.145	22.905
Provisão para contingências trabalhistas (nota explicativa n.º 17. b) (b)	1.414	2.160
Provisão para contingências cíveis (nota explicativa n.º 17. b) (c)	853	740
Provisão para riscos sobre créditos cedidos com coobrigação	-	113
Provisão para pagamento de lististas	413	2.342
Valores a pagar a sociedades ligadas (nota explicativa n.º 21. a)	4.771	2.303
Outras	3.399	1.504
Total	32.009	32.273
Parcela de curto prazo	7.395	9.480
Parcela de longo prazo	24.614	22.793
Total	32.009	32.273

(a) Refere-se, principalmente, a valor a pagar aos antigos acionistas pela aquisição das ações do Banco pela Galo S.A., incorporada em 1º de maio de 2008) a ser liquidado em cinco parcelas iguais, a cada aniversário da assinatura do contrato de compra, datado de 29 de março de 2007, no montante de R\$ 18.959 (R\$21.499 em 2009), acrescido da variação do CDI.

(b) Refere-se à provisão para processos judiciais trabalhistas em andamento. A provisão foi constituída com base na perda média histórica, atualizada, dos últimos cinco anos.

(c) Refere-se à provisão para processos judiciais cíveis em andamento. Os consultores jurídicos indicam como provável a possibilidade de perda.

## 17. PASSIVOS CONTINGENTES

O Banco é parte integrante em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda do Banco com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco tem por política provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas informações financeiras. A Administração do Banco entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

(a) Ativos contingentes

Em 30 de junho de 2010 e de 2009, não foram reconhecidos ativos contingentes e não existem processos classificados como prováveis de realização.

(b) Saldos patrimoniais dos passivos contingentes e obrigações legais por natureza

	2010	2009
Obrigações legais - fiscais e previdenciárias (nota explicativa n.º 16. a)	73.332	63.053
Contingências trabalhistas - outras obrigações - diversas (nota explicativa n.º 16. b)	1.414	2.160
Contingências cíveis - outras obrigações - diversas (nota explicativa n.º 16. b) (c)	853	740
Total	75.599	65.953

(c) Movimentação dos passivos contingentes e obrigações legais

	2010				2009			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo Inicial...	67.441	1.877	744	70.062	58.989	1.451	411	60.851
Constituição (*)	6.279	475	202	6.956	1.936	1.315	329	3.580
Reversão de provisão (**)	(1.956)	(329)	(93)	(2.378)	-	-	-	-
Reversão de provisão (**)	(1.956)	(329)	(93)	(2.378)	-	-	-	-
Baixas por pagamento	-	(609)	-	(609)	-	(606)	-	(606)
Atualização (*)	1.568	-	-	1.568	2.128	-	-	2.128
Saldo final	73.332	1.414	853	75.599	63.053	2.160	740	65.953

(\*) Registrados na rubrica "Outras despesas operacionais, vide nota explicativa n.º 24".

(\*\*) Registrados na rubrica "Outras receitas operacionais, vide nota explicativa n.º 23".

(d) O detalhamento dos depósitos judiciais sobre contingências fiscais, trabalhistas e cíveis em 30 de junho de 2010 é o seguinte:

	2010		2009	
	Fiscais e Previdenciárias	Cíveis	Fiscais e Previdenciárias	Cíveis
Fiscais e Previdenciárias	1.062	1.047	322	362
Cíveis	853	1.414	995	1.465
Trabalhistas	2.379	2.874	-	-

(e) O detalhamento das contingências fiscais, trabalhistas e cíveis por probabilidade de perda é o seguinte:

	2010		2009	
	Obrigações legais – fiscais e previdenciárias	Contingências trabalhistas	Contingências cíveis	
	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado
Perdas prováveis (a)	7.760	7.760	853	853
Perdas possíveis (a)	88.694	65.572	-	-
Perdas remotas	2.491	-	-	-
Total	98.945	73.332	853	853

	2009		2009	
	Obrigações legais – fiscais e previdenciárias	Contingências trabalhistas	Contingências cíveis	
	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado
Perdas prováveis (a)	11.849	11.849	2.513	2.160
Perdas possíveis (a)	55.719	51.204	-	-
Perdas remotas	2.978	-	-	-
Total	70.546	63.053	2.513	2.160

(a) Perdas prováveis e possíveis

Fiscais e previdenciárias

Referem-se à provisão para obrigação legal e a contingências relacionadas a questões tributárias discutidas em diversas instâncias, conforme avaliação efetuada pelos assessores legais do Banco. A principal discussão está relacionada à ampliação da base de cálculo da COFINS (Lei 9.718/98).

Trabalhistas

São ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras", e por ex-empregados de empresas terceirizadas com pedidos de reconhecimento de vínculo empregatício e pagamento das respectivas verbas indenizatórias. Nas ações trabalhistas relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados.

Cíveis

São ações judiciais de caráter indenizatório e revisionais de crédito. As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a prestações de financiamentos. As ações revisionais referem-se a operações de crédito através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais. Nas ações cíveis relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

## 18. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Referem-se a rendas antecipadas de tarifas de abertura de crédito, sendo estas rendas apropriadas ao resultado de acordo com o prazo do contrato. O saldo em 30 de junho de 2010 é de R\$ 16.845 (R\$ 8.919 em 2009).

## 19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Banco, com base em expectativa de resultados tributáveis futuros, constitui créditos tributários sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias basicamente relativas à provisão para perdas com operações de crédito e à provisão para contingências.

a) Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram constituídos com base nas alíquotas vigentes incidentes sobre as operações nos semestres findos em 30 de junho de 2010 e de 2009, estando assim compostos:

	2010	2009
Ativo		
Imposto de renda	44.247	36.693
Contribuição social	26.574	22.014
Total de créditos tributários	70.821	58.707

b) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social:

	2010			2009		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Saldo inicial	44.419	26.651	71.070	29.223	17.534	46.757
Baixas, líquidas	(1.788)	(78)	(252)	7.459	4.473	11.932
Ajuste TVM	2	1	-	11	7	18
Saldo final	44.247	26.574	70.821	36.693	22.014	58.707

As constituições de crédito tributário foram efetuadas de acordo com estudos técnicos que projetam a geração de lucros tributáveis futuros, considerando, também, os aportes de recursos pelos acionistas estimados em, aproximadamente, R\$ 83 milhões, sendo R\$ 58 milhões a serem efetuados no exercício de 2011 e R\$ 25 milhões no exercício de 2012.

Não foram contabilizados créditos tributários de imposto de renda e contribuição social a partir do mês de março de 2010 no montante de R\$ 5.838, em atendimento às normas do BACEN.

c) Movimentação do imposto de renda diferido passivo, ocorrida nos semestres findos em 30 de junho de 2010 e de 2009:

	2010			2009		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Saldo inicial	(1.788)	(1.073)	(2.861)	(175)	(120)	(295)
Marcação a mercado do hedge	(317)	(190)	(507)	(679)	(408)	(1.087)
Reserva de reavaliação	5	3	8	-	-	-
Ajustes a valor de mercado TVM disponíveis para venda	-	-	-	83	51	134
Saldo final	(2.100)	(1.260)	(3.360)	(771)	(477)	(1.248)

d) Os encargos com imposto de renda e contribuição estão assim demonstrados:

	2010	
--	------	--